



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2018.

1) A COMPANHIA

A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnc Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	246
Tensão em kV:	500/138
Subestações:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) RECEITA

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 44.387.981 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e de R\$ 40.141.908 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2018 e 2017 são:

	2018	2017
• Liquidez geral	3,44	2,85
• Liquidez corrente	2,92	2,55
• Relação patrimônio líquido/ativo	70,61%	59,41%
• Relação passivo não circulante/ativo	23,14%	28,80%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	0,44%	9,26%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	9,16%	10,60%
Ativos totais - R\$	365.061.110	295.016.117
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício - R\$	1.125.880	16.222.941

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O programa de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais informações nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	15	39.217.572	35.824.866
Custo da operação	16	(12.689.803)	(12.273.029)
Lucro bruto		26.527.769	23.551.837
Despesas gerais e administrativas	17	(4.148.740)	(5.055.371)
Outras receitas operacionais líquidas		1.227.501	80.316
Lucro antes do resultado financeiro		23.606.530	18.576.782
Resultado financeiro	18	(20.764.013)	(4.196.363)
Receita financeira		19.304.090	14.022.268
Despesa financeira		(40.068.103)	(18.218.631)
Resultado antes dos impostos		2.842.517	14.380.419
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.716.637)	1.842.522
Lucro líquido do exercício		1.125.880	16.222.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.125.880	16.222.941
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	1.125.880	16.222.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	2.842.517	14.380.419
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	21.592.231	6.116.566
Depreciação e amortização	113.552	111.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.796	117.094
Provisão para contingências	(213.358)	6.927
Atualização monetária	158.490	194.375
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(111.551)	314.696
Contas a receber - partes relacionadas	263.333	(1.027.095)
Ativo de concessão (financeiro)	-	(1.581.374)
Ativo de concessão (contratual)	5.043.289	-
Estoques	(793.778)	(9.987)
Impostos a recuperar	139.594	3.144.997
Adiantamentos a fornecedores	4.912	61.658
Outros ativos	(234.423)	(71.567)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	275.868	415.243
Tributos e contribuições sociais	(485.789)	(2.769.530)
Impostos pagos	(1.331.749)	(1.086.071)
Juros pagos	(5.408.049)	(4.549.165)
Taxas regulamentares	238.976	37.217
Outros passivos	(57.878)	(13.723)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	22.173.983	13.791.788
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(24.144)	(5.676)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(24.144)	(5.676)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(15.978.518)	(13.688.160)
Dividendos pagos	-	(7.558.235)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(15.978.518)	(21.246.395)
Aumento/(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.171.321	(7.460.283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.484.062	18.944.345
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.655.383	11.484.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionada a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas

continua →

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.655.383	11.484.062	Fornecedores - terceiros		457.646	258.062
Concessionárias e permissionárias	7	4.260.313	4.286.558	Fornecedores - partes relacionadas	21	486.503	410.220
Contas a receber - partes relacionadas	21	789.550	1.052.883	Empréstimos - partes relacionadas	9	16.219.119	13.898.628
Estoques		3.757.685	2.963.907	Impostos e contribuições sociais	10	1.010.857	1.078.635
Adiantamento a fornecedores		452.805	457.717	Taxas regulamentares	11	2.123.358	1.884.382
Impostos a recuperar		3.831	143.425	Dividendos propostos	14	10.694	-
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	27.808.668	Outros passivos circulantes		1.380.581	1.438.458
Ativo de concessão (contratual)	8.2	35.895.189	-			21.688.758	18.968.385
Outros ativos circulantes		503.698	269.276	Passivo não circulante			
		63.318.454	48.466.496	Empréstimos - partes relacionadas	9	79.118.478	81.233.304
Ativo não circulante				Provisão para contingência	12	-	213.358
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	245.951.251	Impostos diferidos	13	2.924.050	850.076
Ativo de concessão (contratual)	8.2	301.233.693	-	Outros passivos não circulantes		2.423.856	2.265.367
Outros ativos não circulantes		13.559	13.558			84.466.384	84.562.105
Imobilizado		474.364	551.148	Patrimônio líquido	14		
Intangível		21.040	33.664	Capital social		195.300.000	195.300.000
		301.742.656	246.549.621	Reserva legal		56.294	-
Total do ativo		365.061.110	295.016.117	Reserva de lucros		1.058.892	-
				Reserva especial de lucros a realizar		62.490.782	-
				Prejuízo acumulado		-	(3.814.373)
						258.905.968	191.485.627
				Total do passivo e do patrimônio líquido		365.061.110	295.016.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	195.300.000	-	-	-	(20.037.314)	175.262.686
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.222.941	16.222.941
Saldo em 31 de dezembro de 2017	195.300.000	-	-	-	(3.814.373)	191.485.627
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	-	66.305.155	66.305.155
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, adoção CPC 47	-	-	66.305.155	-	(66.305.155)	-
Absorção do prejuízo	-	-	(3.814.373)	-	3.814.373	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.125.880	1.125.880
Constituição da reserva legal	-	56.294	-	-	(56.294)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	1.058.892	(1.058.892)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(10.694)	(10.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	195.300.000	56.294	62.490.782	1.058.892	-	258.905.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado, constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: a) Instalações de transmissão em 500/138 kV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km. b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 kV e 345/138-13,8 kV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$17.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 40.141.908 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 44.387.981,04 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2019. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido

principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:**



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é recuperável quando sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e à mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura, a até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 273.759.919 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 337.128.882. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ 66.305.154 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ref.	Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	
Lucros acumulados		
Ativo contratual	(i)	68.412.253
Impostos diferidos relacionados		(2.107.098)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		66.305.155

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	35.914.764	(i)	(35.914.764)
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	35.895.189
Demais ativos circulantes			
Demais ativos circulantes não impactados	27.423.265		27.423.265
	63.338.029		(19.575) 63.318.454
Ativo não circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	229.777.812	(i)	(229.777.812)
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	301.233.693
Demais ativos não circulantes			
Demais ativos não circulantes não impactados	508.963		508.963
	230.286.775		71.455.881 301.742.656
Total do ativo	293.624.804		71.436.306 365.061.110
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Dividendos propostos	-	(iv)	10.694
Demais passivos circulantes			
Demais passivos circulantes não impactados	21.678.064		21.678.064
	21.678.064		10.694 21.688.758
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	723.812	(ii)	2.200.238
Demais passivos não circulantes			
Demais passivos não circulantes não impactados	81.542.334		81.542.334
	82.266.146		2.200.238 84.466.384
Patrimônio líquido			
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	195.300.000		195.300.000
Reserva legal	-	(iii)	56.294
Reserva de lucros	-	(iii)	1.058.892
Reserva especial de lucros a realizar	-	(iii)	62.490.782
Prejuízo acumulado	(5.619.406)	(iii)	5.619.406
	189.680.594		69.225.374 258.905.968
Total do passivo e do patrimônio líquido	293.624.804		71.436.306 365.061.110
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Receita operacional líquida	36.193.518	(i)	3.024.054
Outros	(36.375.055)		(36.375.055)
Imposto de renda e contribuição social	(1.623.497)	(ii)	(93.140) (1.716.637)
Lucro líquido do exercício	(1.805.034)		2.930.914 1.125.880

(i) Implementação do CPC 47, que define o ativo de concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido; (iv) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

4.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou, sem efeitos relevantes, a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos,

cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2). Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia. Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	171	-
Bancos	250.050	288.440
Aplicações financeiras	17.405.162	11.195.622
	17.655.383	11.484.062

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2018	2017
A vencer	3.928.180	3.809.649
Vencidas até 30 dias	17.229	1.360
Vencidas até 60 dias	6.222	35.982
Vencidas até 90 dias	2.785	938
Vencidas há mais de 90 dias	339.470	609.997
	4.293.886	4.457.926
(-) PCLD	(33.573)	(171.368)
	4.260.313	4.286.558

Em função do giro das contas a receber em curto prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2018:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(171.368)	(54.275)
Reversão	137.795	-
Adição	-	(117.093)
Saldo em 31 de dezembro	(33.573)	(171.368)

8. ATIVO DE CONCESSÃO

8.1. Ativo de concessão (financeiro)

	2018	2017
Circulante	-	27.808.668
Não circulante	-	245.951.251
	-	273.759.919

Saldo em 31 de janeiro de 2017
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i) (273.759.919)

Saldo em 01 de janeiro de 2018
(i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 8.2.

8.2. Ativo de concessão (contratual): Segue composição do ativo de concessão contratual. A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	273.759.919
Adoção inicial CPC 47 (Impacto nos impostos diferidos relacionados)	2.107.098
Adoção inicial CPC 47 (Impacto no patrimônio líquido)	66.305.155
Saldo em 01 de janeiro de 2018	342.172.172
Realização e remuneração do ativo contratual	(5.043.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	337.128.882
Circulante	35.895.189
Não circulante	301.233.693

Conforme mencionado na nota explicativa 3.4, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 68.412.252 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garantidor	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	11/2014	09/2024	N/A	Libor + 2,85% a.a.	95.337.597	95.131.932
					95.337.597	95.131.932
Circulante					16.219.119	13.898.628
Não circulante					79.118.478	81.233.304
					95.337.597	95.131.932

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 43.260.012,02, correspondente a R\$ 112.584.181 com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 06/09/2024. No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	Amortização
2020	16.091.894
2021	16.091.894
2022	16.091.894
2023 - 2024	30.842.796
	79.118.478

10. IMPOSTOS A PAGAR

	2018	2017
IRPJ	175.695	129.054
CSLL	135.254	130.795
PIS	21.106	20.121
COFINS	97.411	92.867
Outros	581.391	705.798
	1.010.857	1.078.635

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2018	2017
Reserva global de reversão (RGR) (i)	56.113	80.700
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	315.733	313.506
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.751.512	1.490.176
	2.123.358	1.884.382

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia

continua →



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 93.755,67. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 13.987,43. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas. Em 2018, a Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

	2018	2017
Trabalhista	-	194.433
Fiscal	-	18.925
	2.133.358	

Contingências possíveis (não provisionadas): A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2018	2017
Impostos diferidos passivos (i)	2.924.050	850.076
	2.924.050	850.076

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 195.300.000, dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2018 e 2017
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 20 de junho de 2017 a Administração pagou R\$ 7.558.235 decorrente de dividendos provisionados. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	1.125.880
Absorção de prejuízo	-
Reserva legal (5%)	(56.294)
Base de cálculo para os dividendos	1.069.586
Dividendo mínimo obrigatório	10.694

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta	42.643.544	38.895.001
Receita de operação e manutenção	8.731.714	10.010.178
Remuneração do ativo de concessão	26.198.033	21.577.506
Receita de construção	7.713.797	7.307.317
Deduções da receita operacional	(3.425.972)	(3.070.135)
PIS corrente	(284.213)	(268.330)
COFINS corrente	(1.311.753)	(1.238.445)
RGR	(1.272.588)	(1.032.037)
P&D	(402.930)	(379.818)
TFSEE	(154.488)	(151.505)
	39.217.572	35.824.866

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Pessoal	(3.217.807)	(3.146.358)
Material	(65.628)	(157.059)
Serviços de terceiros	(882.295)	(1.212.703)
Custo de construção	(7.713.797)	(7.307.317)
Custo de operação e manutenção	(393.032)	(10.905)
Gastos diversos	(163.664)	(118.769)
Outros	(253.580)	(319.918)
	(12.689.803)	(12.273.029)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(2.967.373)	(3.053.650)
Administradores	(612.202)	(1.047.339)
Material	(26.547)	(11.380)
Serviços de terceiros	(558.289)	(420.054)
Arrendamentos e alugueis	(117.763)	(126.092)
Provisões/reversão	351.154	(117.093)
Tributos	(2.315)	(6.327)
Outras	(215.405)	(273.436)
	(4.148.740)	(5.055.371)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receita financeira	19.304.090	14.022.268
Receitas de aplicações financeiras	1.029.286	1.785.360
Variações cambiais ativas	18.193.533	11.395.553
Outras receitas financeiras	81.271	841.355
Despesa financeira	(40.068.103)	(18.218.631)
Variações cambiais passivas	(34.659.720)	(13.125.914)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(5.126.044)	(4.386.205)
Outras despesas financeiras	(282.339)	(706.512)
	(20.764.013)	(4.196.363)

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2018	2017
Receita bruta	44.297.423	39.147.326
Base de cálculo (8%)	3.543.724	3.131.786
Outras receitas	1.145.107	2.688.369
Base de cálculo	4.688.901	5.820.155
IR devido	(1.160.240)	1.491.332
IR diferido/Outros	21.509	39.436
Total de IRPJ	(1.138.735)	1.530.768

	2018	2017
Receita bruta	44.297.423	39.147.326
Base de cálculo (12%)	5.315.691	4.697.679
Outras receitas	1.145.107	2.688.369
Base de cálculo	6.460.798	7.386.048
CS devida	(589.517)	277.686
Outros	11.615	34.068
Total de CSLL	(577.902)	311.754
	(1.716.637)	1.842.522

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	2018	2017
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.655.383	11.484.062
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber - partes relacionadas	21	789.550	1.052.883
Concessionárias e permissionárias	7	4.260.313	4.286.558
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	273.759.919
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos - partes relacionadas	9	95.337.597	95.131.932
Fornecedores - terceiros		457.646	258.062
Fornecedores - partes relacionadas	21	486.503	410.220

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia

estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2018	-5%	+5%
Empréstimos	95.337.597	(4.731.111)	4.848.869

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	2018	2017
21.1. Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	789.550	1.052.883
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	769.550	954.862
Outros	20.000	98.021
21.2. Passivo		

	2018	2017
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	95.824.100	95.542.152
Aluguel (ii)	9.838	9.034
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	476.665	401.186
Empréstimos - nota explicativa 9	95.337.597	95.131.932

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	(3.846.673)	(3.330.864)
Despesa aluguel (ii)	(111.624)	(109.669)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	1.390.995	1.165.010
Despesa de juros de empréstimo	(5.126.044)	(4.386.205)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	Tipo de cobertura	2018	2017
Ativo			
Responsabilidade civil	Risco civil	346.393	367.556
Seguro patrimonial	Risco operacional	132.364.486	132.364.486
Veículos	Carros	155.956	169.328
		132.866.835	132.901.370

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Controladora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos, com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$337.128.882 mil e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$66.305.155 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glauco Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

